

**BRASIL: UMA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA****BRAZIL: AN UNAUTHORIZED BIOGRAPHY**

OLIVEIRA, Francisco. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018.

Por

Leonardo Octávio Belinelli de Brito<sup>1</sup>

Rafael Marino<sup>2</sup>

Publicado em um momento de intensa crise política do país, *Brasil: uma biografia não autorizada*, de Francisco de Oliveira, traz ao leitor a expectativa de que o livro tome a mencionada crise como seu assunto direto. Expectativa razoável, aliás, na medida em que o seu autor não é apenas um dos sociólogos críticos mais importantes do Brasil contemporâneo, como também pelo sugestivo subtítulo, que indica que o livro trará à tona uma revisão profunda (biografia) e não comumente percebida (não autorizada). À primeira vista, esse não parece ser o caso. Daí que uma primeira leitura do livro possa trazer certa insatisfação, tanto mais pelo fato de que todos os artigos que o compõem já foram publicados em outras ocasiões.

Cabe, no entanto, outra perspectiva, menos óbvia e de maior fôlego. Isto é: em um momento no qual somos acometidos pelo “presentismo” que toda crise de alta voltagem impõe – traduzida,

1 Doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Email: [belinelli.leonardo@gmail.com](mailto:belinelli.leonardo@gmail.com).

2 Mestrando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Email: [rafaelmarino50@gmail.com](mailto:rafaelmarino50@gmail.com).

empiricamente, nas constantes (e necessárias) discussões sobre a conjuntura política, social, cultural e econômica do país –, talvez ganhem algo em nos afastar dele por um momento para olharmos a situação de um ângulo mais vasto. Se não estivermos enganados, essa, precisamente, parece ser uma das principais contribuições do livro ao debate contemporâneo.

Agregado ao afastamento da discussão mais imediata, o conjunto de ensaios, muito variado e de densidade desigual, parece ter um fio condutor específico: o esforço de *interpretar* o Brasil. Nesse plano, recuo de perspectiva e esforço interpretativo formam um dueto afinado: afinal de contas, a interpretação de longo alcance – cujo objetivo, não se engane o leitor, é analisar o presente – necessita do recuo, que aqui se revela como uma estratégia adequada ao seu propósito. Desse prisma, a insatisfação de uma primeira leitura pode se reverter em expectativa, agora de outro alcance.

Passada a ansiedade da primeira leitura e o reajuste de foco, pode-se apontar que se trata de uma obra cujo cerne é discutir as raízes e os desdobramentos do capitalismo periférico brasileiro, o qual é entendido a partir do processo colonial, revelador do caráter vanguardista do nosso truncamento à mundialização capitalista e seu consequente desmanche social. Nisso o nosso autor mantém-se fiel às lições da tradição crítica brasileira (ARANTES, 1992; ARANTES e ARANTES, 1996), da qual é participante destacado, na medida em que espousa uma visão antiilusionista da diferença brasileira e, “por isso mesmo, sempre projetada sobre o fundo da marcha desigual e enganosamente convergente da civilização capitalista em expansão no planeta” (ARANTES, 2004, p. 172).

Nesse sentido, o prefácio escrito por Fabio Mascaro Querido e Ruy Braga ocupa lugar decisivo na estruturação do livro, pois apresenta uma introdução à original economia política de Oliveira, nos *aproxima* do autor. Concretamente, o texto de Querido e Braga opera

essa aproximação a partir da análise das diversas molduras intelectuais adotadas pelo sociólogo pernambucano na sua busca inquietada por desvendar os desdobramentos das formas sociais do capitalismo contemporâneo sobre a formação social brasileira<sup>3</sup>. O fôlego do esforço interpretativo de Oliveira é revelado, sobretudo, no primeiro ensaio recolhido no livro, intitulado “O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil” e publicado, de maneira reduzida e modificada, pela primeira vez em 2006. Nele, o autor analisa as linhas mestras da formação nacional, o que fornece chaves analíticas que os demais textos exploram, mas remete também a textos não coligidos no livro. Nesse sentido, não é exagerado afirmar que se trata de um dos textos que conformam a “espinha dorsal” da interpretação de Oliveira sobre o Brasil contemporâneo. A partir de um ponto de vista de *longue durée*, ao modo dos clássicos de nossa ensaística nacional (Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, etc.), Oliveira procura destrinchar os efeitos de nossos impasses históricos - algo já explorado como evolução truncada em *O ornitorrinco* -, cuja estruturação sedimentou, como gostaria Roberto Schwarz (2012a), uma comédia ideológica na qual havia um permanente encontro e desencontro entre ideias “avançadas” e práticas “obsoletas”.

Ecoando a linhagem uspiana de “interpretação do Brasil”, iniciada sob a influência de Caio Prado Júnior sobre as obras de autores como Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz, Oliveira remete à argumentação de que na colonização da América “o novo” foi parte essencial do ressurgimento da Europa, o “velho”, permitindo-lhe aquilo que na teoria marxista ficou conhecido como processo de acumulação

---

3 Porém, cabe chamar a atenção para o fato de que o texto não articula, embora mencione, as diversas mudanças de diagnóstico de Oliveira. Por exemplo: lidos em conjunto, os ensaios *Crítica à razão dualista* e *O ornitorrinco* apresentam leituras e perspectivas distintas sobre as formas e destino da industrialização brasileira. Para ficarmos em um exemplo: o resgate da teoria cepalina no último indica uma reapreciação da história econômica recente do país que não é, infelizmente, explorada por Oliveira. Nada, entretanto, que comprometa a qualidade do texto de Braga e Querido.

primitiva de capital. Muito disputado no concerto das nações estatais que surgiam com o Absolutismo, a colônia que viria a ser o Brasil seria marcada pelas diversas determinações desse “pecado original” que continuaram a se reproduzir, ainda que de formas variadas: a violência generalizada com os dominados – indígenas e negros -, a concentração de terras e a conjugação, tão brasileira, entre patriarcalismo e patrimonialismo. Tudo isso estruturado sobre o processo escravista – o cerne do processo colonial, como demonstraram, além dos autores já citados, Fernando Novais (2001) e Luiz Felipe de Alencastro (2000) -, que imporá os mais importantes problemas para a realização de um país decente para todos os seus habitantes. Em suma, nascíamos moderníssimos, visto que conosco nascia a modernidade.

Ao mesmo tempo, esse ensaio de Oliveira traz novidades salientes, se comparados a dois de seus principais escritos, como *Crítica à razão dualista* e *O ornitorrinco*. Em primeiro lugar, avulta a centralidade que o sociólogo pernambucano confere aos chamados “intérpretes do Brasil” dos anos 1930. Se a presença de Caio Prado Júnior já se faz sentir na própria trajetória de sua economia política, as invocações de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda são menos esperadas. O primeiro comparece quando o assunto é a escravidão e o processo de formação de um tipo específico da elite brasileira; já o segundo aparece quando é empreendida uma comparação entre as colonizações portuguesa e europeia na América Latina, bem como em passagem alusiva ao contexto do golpe de 1964. Nem mesmo Richard Morse, em tudo avesso à sociologia uspiana por sua paixão latino-americana, deixa de ser mencionado. As consequências desse enfoque aparecerão em outro texto da coletânea, “Jeitinho e jeitão”.

E é precisamente nesse assunto que surge uma segunda originalidade do ensaio de Oliveira. Isso porque são relativamente poucos os ensaios interpretativos da formação nacional que adotam o ângulo latino-americano para entender o país – o que, em boa medida,

se explica pela própria tese aventada por Oliveira: “somos menos latino-americanos que nossos vizinhos” (OLIVEIRA, 2018, p.33). Ademais, o próprio Oliveira, salvo engano, nunca tinha adotado esse prisma para entender a formação do país. Qual, então, o lugar desse tema no ensaio?

É claro que é possível especular que o tema tenha sido tratado por razões editoriais; afinal de contas, o ensaio foi encomendado para compor um projeto editorial liderado por Emir Sader, Ivana Jinkings, Rodrigo Nobile e Carlos Eduardo Martins sobre o subcontinente. E a própria tese de Oliveira sobre o assunto poderia sugerir algo nesse sentido, pois, se não somos tão latino-americanos como nossos vizinhos, poder-se-ia pensar que não há porque adotarmos esse prisma para compreender a formação histórica do país. O raciocínio, embora verossímil, é enganoso. Depois de analisar os fatos culturais e econômicos que afastaram o Brasil dos demais países latino-americanos, Oliveira mobiliza o aspecto central de sua argumentação: a viabilidade, por via da integração das economias do subcontinente, da retomada de certa possibilidade de desenvolvimento - em contraposição à integração globalizada predatória proposta pelo neoliberalismo.

Mas a maior parte do ensaio é ocupada por uma reflexão sobre o período da economia brasileira pós-1930, um pouco aos moldes de *Crítica à razão dualista* e *O ornitorrinco*. O período é caracterizado por Oliveira como “a vertigem da aceleração de um desenvolvimento de quinhentos anos em cinquenta anos de história” (OLIVEIRA, 2018, p.41). Em boa medida, as bases para essa aceleração teriam surgido com Vargas, que teria promovido inúmeras inovações institucionais em planos variados cujo resultado foi a “ampliação da dominação burguesa de classes no Brasil”, a despeito da sua direção política ter carecido daquilo que Oliveira, utilizando Antonio Gramsci, chamou de hegemonia. A prova principal disso estaria na falta de “consenso” da relação entre Vargas e São Paulo, estado com a maior economia do país.

Ainda no plano conceitual, mas em sentido mais amplo, vale a penas chamar a atenção para a combinação, também presente em *O ornitorrinco*, que Oliveira promove entre os conceitos cepalino de “subdesenvolvimento” e gramsciano de “revolução passiva”. O intuito da conjugação é destacar a dimensão repressiva da forma assumida pelo processo de modernização brasileira. Essa chave cepalino-gramsciana de interpretação do país será desdobrada e refinada em outros dois textos constantes na coletânea, “Hegemonia às avessas” e “O avesso do avesso”.

Ao mesmo tempo, no entanto, é decisivo destacar a ambição desse processo, que teria chegado mesmo a contestar a direção que os Estados Unidos impunham ao mundo ocidental durante a Guerra Fria. Esse processo teria continuado sob o governo Juscelino Kubitschek, conforme revelaria o projeto de Brasília, momento decisivo em nossa história econômica, pois marcado pela chegada das principais empresas capitalistas mundiais aos países periféricos.

A vertigem promovida pelas rápidas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais acabou resultando no golpe de 1964, o qual, no entanto, não teria produzido uma redução de marcha. Em certo sentido, continuava o projeto de Vargas e Kubitschek, sendo avesso ao liberalismo econômico, embora tenham sido seus epígonos os autores da intervenção estatal na economia do período. Por meio dela, o regime militar produziu uma nova correlação de forças sociais e políticas cujo resultado, no campo progressista, foi a articulação entre o Novo Sindicalismo e os demais setores que dariam origem ao Partido dos Trabalhadores (PT), fortalecida pela crise econômica e política do final do período militar. Nesse sentido, vale destacar o diálogo tenso que Oliveira estabelece ao longo de todo o ensaio com o PT, partido ao qual se juntou e do qual se desfilou no momento em que chegou ao poder. Esse é mais um assunto ao qual Oliveira retorna nesse trabalho,

o que revela seu esforço de integrar diversos assuntos que aparecem em sua obra, infelizmente fragmentária em diversos artigos.

Chegando ao momento contemporâneo, Oliveira não hesita em colocar as presidências de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva sob o rótulo de “neoliberais”. Para Oliveira, todos esses governos seriam caracterizados por uma “política antirreformas sociais, antirregulacionista, antidireitos do trabalho e direitos sociais em geral, que marca o neoliberalismo.” (OLIVEIRA, 2018, p.66). O achatamento de ganhos dos trabalhadores, a perda da perspectiva de crescimento, o aprofundamento da dependência externa e a obsolescência tecnológica ganharam complemento com as políticas em prol dos setores dominantes, os quais teriam sido financiados em detrimento da perspectiva de recuperação das empresas públicas em vias de privatização. Em diálogo com suas análises, Oliveira classifica esse período como de “indeterminação”, em boa medida derivada da momentânea incapacidade de reflexão que as ciências sociais têm demonstrado a respeito dos novos fenômenos sociais ocorridos sob a égide dessas transformações regressivas. Mas um de seus custos já seria possível perceber: a “irrelevância da política” (OLIVEIRA, 2018, p.70), tese que o autor desenvolve em estudos como “Política numa era de indeterminação” (OLIVEIRA, 2007) e “O momento Lênin” (OLIVEIRA, 2007b). Daí que o autor termine o texto em tom desolador, emulando a despedida do Brasil em relação ao seu suposto futuro promissor.

Já no segundo ensaio da coletânea, “Quem canta de novo *l’Internationale?*” – lançado primeiramente no ano de 2005 – é feita uma interpretação sobre a atuação política do movimento sindical brasileiro a partir do final da ditadura militar. Sob a influência decisiva de Gramsci – revelada pela utilização dos conceitos de “guerra de posição”, “guerra de movimento” e “democracia regulada” e que se cristaliza em “Hegemonia às avessas” e o “Averso do avesso” -,

Oliveira constrói uma narrativa sobre as relações entre movimento sindical, partidos políticos, Estado e sociedade civil em contextos de fortes transformações políticas do país.

Nesse bojo, o movimento sindical é entendido por Oliveira como um dos espaços mais importantes para a democratização da sociedade brasileira, de modo a fazer uma ponte com a nossa formação social. Um sindicalismo de oposição próprio de um momento de constituição de uma espécie de fordismo periférico que mesmo sem ser propriamente anticapitalista constituía espaços públicos significativamente democráticos contrários aos mecanismos de mercantilização - aqui pode-se notar a influência de Karl Polanyi, conforme argumentam Querido e Braga (2018, p.13-14). Todavia, mudanças cruciais aconteceram quando da chegada do Neoliberalismo no país, pois foram geradas mudanças sensíveis nas bases do sindicalismo, levando-o a uma encruzilhada: ou enfatizar uma construção política voltado ao público e contrária ao mercado e suas relações ou ceder às pressões neoliberais, gerando de modo rentista fundos milionários de pensão e previdência. O que eram linhas políticas contraditórias neste segundo ensaio, resolve-se pelo segundo caminho em *O ornitorrinco*, no qual vemos a gestação, segundo Oliveira, de uma nova classe, composta pelos núcleos duros do PT e do PSDB, cujo “lugar de produção” é justamente o controle do acesso aos fundos públicos. Aprofundando a análise das transformações ocorridas no Brasil, pode-se ver o ponto articulador delas justamente no surgimento de governos neoliberais simpáticos aos processos de integração subalternizada à globalização e à desregulamentação das relações trabalhistas, culminando na ascensão daquilo que Oliveira denomina “totalitarismo neoliberal”. Como seu resultado, surgiria um novo tipo de sociabilidade regressiva. “Uma desesperada fuga para a vida privada, cuja mais forte consequência é o medo do outro, e uma ânsia de segurança, tendo como resultado a formação do ‘consenso dos inocentes’, do *silêncio dos inocentes*” (OLIVEIRA, 2018, p.95). Com

acento frankfurtiano, Oliveira relaciona as transformações das esferas pública e privada, bem como frisa a incapacidade de gerir, por parte do governo, a “caixa de Pandora” aberta por esse processo, que pode ser sumarizado na fórmula da privatização da vida. Essa incapacidade gera a “exceção permanente” – outro tema que Oliveira retomará em estudos posteriores.

Já em trabalhos como “Hegemonia às avessas” e “O avesso do avesso”, Oliveira procura fornecer uma interpretação dos governos Lula. Retomando a ideia da “irrelevância da política”, Oliveira destaca a desestruturação partidária promovida pelo capitalismo contemporâneo, o que resultaria, no Brasil, numa disputa eleitoral centrada em personalidades. Novamente utilizando as formulações de Gramsci, Oliveira formula sua tese provocativa da “hegemonia às avessas” a partir da aproximação entre os governos Lula e Nelson Mandela, ambas caracterizadas pela conjugação entre “direção moral” dos dominados e reforço da exploração por parte dos dominantes. O maior problema desse processo residiria na função despolitizante – porque, entre outras coisas, conciliatória - que Lula e Mandela teriam desempenhado. Daí o seu caráter mistificador, concretizado, por exemplo, na cooptação de setores progressistas e dos movimentos sociais. Essa mesma chave interpretativa é utilizada no ensaio “A clonagem”, no qual Oliveira analisa a “passagem do bastão” de Lula para Dilma Rousseff. Neste artigo, o marxista brasileiro argumenta que as dificuldades enfrentadas pela sucessora petista devem-se à curta vida do procedimento de clonagem política levada a cabo por Lula. Contudo, o truque maior deste não fora ter tirado da cartola uma candidata quase sem história prévia no Partido dos Trabalhadores (PT), mas sim ter colocado na ordem do dia uma política assentada numa simulada coalizão de interesses que negava a luta de classes. Coalizão bastante precária e artificial, pois baseada numa estabilidade monetária legada pelo Plano Real e um crescimento econômico passageiro, sem o qual

ricos e pobres não teriam sido beneficiados, aqueles com bilhões e estes com migalhas. O que explicaria as crises e dificuldades enfrentadas por Dilma Rousseff. É necessário frisar que, para Oliveira, o auge de popularidade de Lula teria se dado, por meio do Bolsa Família, pela transformação da miséria em uma ativo financeiro; pois destinando 200 bilhões de reais aos detentores da dívida pública e 14 bilhões aos beneficiários do programa, Lula teria tornado os pobres avalistas dos títulos públicos.

Já no último ensaio, “Jeitinho e Jeitão”, Oliveira retoma o problema do “caráter nacional brasileiro”. Recorrendo a Norbert Elias e aos clássicos brasileiros, o sociólogo uspiano nos fornece uma explicação materialista para o “jeitinho brasileiro”, ideologicamente elevado ao plano de *modo de ser brasileiro*. Na verdade, ele seria fruto, isso sim – conforme a tese marxiana presente em *A ideologia Alemã*, a saber, que as ideias e hábitos da classe dominante transformam-se em caráter nacional hegemônico –, de um “atributo das classes dominantes brasileiras transmitido às classes dominadas” (OLIVEIRA, 2018, p.139). Também nessa reflexão, o nosso autor empreende uma viagem pela nossa história para revelar o processo de construção dessa ideia.

Deste modo, o jeitinho, ao invés de ser compreendido como um pretense mau-caratismo das classes dominantes pátrias, é tomado como uma forma de se adotar o capitalismo como solução incompleta - dado que traria para cá a revolução das forças produtivas, mas não soluções civilizacionais próprias do centro sistêmico - na periferia do sistema. Somado a isso, haveria a sensação, de acordo com o sociólogo pernambucano, de que no Brasil pessoas estão “sobrando”, isto é: como resquícios de relações não mercantis, não cabem no universo civilizado. E a estas tudo pode ser pedido e exigido, do modo mais, por assim dizer, “brascubianamente” possível, caso lembremos da volubilidade estruturante do narrador machadiano (Cf. SCHWARZ, 2012b). Escravos e “sobrantes” de ontem, tornam-se a superpopulação trabalhadora do

Brasil no século XX, constituindo-se num excedente populacional cuja incorporação na industrialização nacional era inviável. Por conseguinte, esse setor populacional massivo fora relegado a toda sorte de trabalhos informais; antes pintados como se fossem passageiros e agora vistos como efetivamente são: uma característica estrutural essencial ao capitalismo brasileiro. Plasmando, feito feitiçaria, segundo dissera o nosso autor em obra anterior (2008), um novo mundo do trabalho, no qual todo o tempo de trabalho converte-se em tempo de trabalho não-pago, posto que o capital utiliza o trabalho apenas na medida em que necessita dele, pagando-lhe por produto realizado e não adiantando-lhe um salário anterior às vendas e aos resultados. Desta feita, ao invés de afim a um mundo mais aberto e democrático, consoante ao que apostara outro clássico da ensaística nacional (CANDIDO, 2010), a dialética entre ordem e desordem, movimento central de nosso Jeitinho, abriu-nos as portas para um horizonte ainda mais rebaixado de expectativas quanto à nossa potencial civilidade.

Comprometimento, originalidade crítica e imaginação sociológica: três características de Oliveira trazidas também à tona pela seleção, feita por Fábio Querido, de entrevistas concedidas pelo sociológico pernambucano que fecham o livro. Ideias e posturas que servem de boa inspiração para as tarefas que o presente e o futuro reservam para a democracia brasileira.

### **Referências:**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARANTES, Otilia. *Mário Pedrosa: itinerário crítico*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

ARANTES, Paulo Eduardo e ARANTES, Otília. *Sentido da Formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”. In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. “O momento Lenin”. In: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012a.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012b.